

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

**Data: 27 de outubro de 2021**

1 Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de 2021, em decorrência da pandemia  
2 ocasionada pelo novo coronavírus – COVID 19, e a impossibilidade temporária de  
3 realização de reuniões presenciais, foi realizada reunião ordinária deste Conselho de  
4 Assistência Social por meio de videoconferência, utilizando a plataforma google.meet.  
5 Participaram da presente reunião os seguintes conselheiros e conselheiras: Gisele de  
6 Cassia Tavares, Solange Aparecida de Oliveira, Adriana Cruz Barroso, Edsonia Jadma  
7 Marcelino de Souza, Rosemeiri Felix de Barros, Juliana Gonçalves Catarino, Ligia  
8 Fukahori, Adriana Aparecida dos Santos, Nayana Kathrin Tanaka, Luis Alberto  
9 Maccagnan, Marcílio Ronaldo Garcia, Ivana Paula Furlan Rodolpho, Rosely Sonoda  
10 Gomes, Martinha Clarete Dutra, Fernanda Senerário, Carlos Antonio Delfino, Thiago de  
11 Paula Espinosa Gouveia, Juliana de Meira, Márcia Gonçalves Valim Paiva, Diego  
12 Oliveira de Lima, Glaziane Leonor Martins e Silva, Thaís Ayres da Silva, Ana Carolina  
13 Ferreira, Adenilton Rosa de Oliveira, Deusa Gisely Teixeira Rodrigues Favero, Evelyn  
14 Secco Faquin, Valmirete Alves da Silva, Marcia Alves dos Santos Ednéia Pereira Araújo  
15 e Suelvya Andlieza Palasson de Oliveira. Também estiveram presentes os seguintes  
16 participantes: Ariana Almeida Quelho, Aparecida Anselmo, Janaína Messias., Haglaê  
17 Maria Gonze Silva, Alexsandra Duraes Carvalho e Silva, Letícia Lupion Ramos, Celia  
18 Vane Araujo Bortoli, Uani Rocha, Mariana Barcellos, Kleber Francisco  
19 Maricato. Transcorrido o tempo para a segunda convocação, Valmirete Alves da Silva,  
20 presidente do Conselho, deu início à reunião às 13h45, saudando os presentes e  
21 apresentou a seguinte pauta para deliberação da plenária: Apresentação e aprovação da  
22 pauta; Relato de Comissões (Comissão de Acompanhamento e Comissão de Fundo);  
23 Sugestão de parecer/resposta para Projeto de Lei 109/2021 – “Combate à Pobreza  
24 Menstrual”; Participação na Conferência Estadual de Assistência Social – Relato:  
25 Apresentação do CENSO SUAS 2021; Apresentação de Panorama da Execução do  
26 Programa Noite Fria 2021; Capacitação dos Conselheiros – Discussão e Aprovação de  
27 Cronograma; Eleição Complementar – Representação dos Trabalhadores; Indicação de  
28 Representante do CMAS para “Programa Prefeito Amigo da Criança”; Informes. A  
29 conselheira Edsonia solicitou inversão de pauta, sugerindo que o item 7 seja apresentado  
30 antes do item 2 e não havendo manifestação em contrário, a alteração foi aprovada;

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

31 Edsonia iniciou a apresentação do tópico, citando a composição da Comissão de  
32 Capacitação e os processos de formação programados. Informou que a referida comissão  
33 está composta pelos seguintes conselheiros: Edsonia representante governamental,  
34 Rosely, Deusa e Carolina ,representantes da sociedade civil. Pontuou que realizaram sua  
35 primeira reunião na semana corrente e definiram que se reunirão às terças-feiras, das 13h  
36 às 15 horas e o grupo será coordenado pela Rosely e o registro das reuniões será realizado  
37 em esquema de rodízio entre as conselheiras. No momento estão estruturando proposta  
38 de Plano de Educação Permanente do SUAS e um Projeto de Extensão desenvolvido em  
39 parceria com a UEL, a partir destes, darão início à estruturação das capacitações dos  
40 conselheiros que deverá ser articulada com os projetos mencionados. E adiantou que uma  
41 capacitação está agendada para 03/11 e será ministrada pela professora Denise Fank.  
42 Dando sequência à pauta, Valmirete passou a palavra para a Comissão de  
43 Acompanhamento. O conselheiro Diego iniciou com o relato de visita à Instituição  
44 GERAR no dia 08/10/2021, que teve como objetivo avaliação quanto inscrição definitiva  
45 no CMAS, participaram também da visita as conselheiras Adriana Barrozo e Fátima  
46 Reale. Diego acrescentou que a comissão se reuniu para discutir o relato em 20/10/2021  
47 e prosseguiu com a leitura da ata elaborada pela comissão; diante dos relatos, a Comissão  
48 concluiu pelo cancelamento da inscrição provisória da Instituição GERAR. Em seguida,  
49 Ariana Quelho representante da Instituição iniciou as explicações sobre o relatado;  
50 inicialmente pediu desculpas pelo mal-entendido e esclareceu que a GERAR continua  
51 utilizando o espaço e que o porteiro que atendeu os integrantes da Comissão é recém-  
52 contratado e desconhece a rotina. Desde o início da pandemia, a faculdade Positivo  
53 cancelou os atendimentos presenciais, com exceção ao Curso de Odontologia e os  
54 colaboradores estão em trabalho remoto e quando vão presencial só podem comparecer  
55 em esquema de revezando com 02 pessoas, acrescentou que as oficinas estão ocorrendo  
56 semanalmente de forma virtual e algumas presencialmente. Esclareceu que o contato  
57 entre Instituição e Adriana Barrozo foi inicial e que ela mesma assumirá as próximas  
58 conversas. Em relação ao público atendido, disse que recebem encaminhamentos mensais  
59 do Conselho Tutelar que são prioritários e que o trabalho com CENSE II gerou um e-  
60 book. Também estão realizando trabalho de sensibilização sobre o Cadastro Único pois  
61 muitos dos atendidos desconhecem sua importância. Após conclusão da fala da Ariana, a

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

62 conselheira Adriana Santos frisou a importância do Cadastro Único e que aumentou a  
63 procura nestes anos de pandemia e que famílias que ainda não tem cadastro ou que não  
64 acessaram a Política de Assistência Social estando em situação de desproteção social é  
65 um público residual; e trouxe um questionamento à comissão sobre o percentual de  
66 famílias atendidas pela Instituição e identificadas no Cadastro Único e IRSAS. Diego  
67 também destacou a importância de que nos relatórios enviados pela instituição, deve  
68 constar a questão dos equipamentos cedidos através das parcerias da Entidade; e que em  
69 conversa com as duas colaboradoras da Instituição citadas no relatório elas mencionaram  
70 que a Instituição estava fechada, sem atendimento ao público e não fizeram menção ao  
71 esquema de revezamento. A conselheira Solange Oliveira, em resposta ao  
72 questionamento anterior da Adriana Santos, fez a leitura dos dados baseada nas  
73 informações repassadas pela entidade em julho/2021: entidade atende um total de 447  
74 adolescentes, sendo que 138 possuem registro no IRSAS (30%), 60 estão inscritos no  
75 Cadastro Único (13%) e 26 receberam algum acompanhamento ou atendimento da equipe  
76 da Assistência Social nos últimos 02 anos (5,81%). E estes números refletem um  
77 percentual baixo de acompanhamento do público prioritário da política de assistência  
78 social. Em seguida, Adriana Santos frisou a importância da Entidade registrar  
79 informações completas nos relatórios, além de disponibilizar contatos dos colaboradores  
80 aptos a fornecer informações em nome da entidade. Valmirete apresentou para  
81 deliberação da plenária, o parecer da comissão referente ao cancelamento da inscrição  
82 provisória. Todos presentes no momento da reunião, concordaram com o proposto pela  
83 comissão, pelo cancelamento da Inscrição da entidade GERAR. A comissão de  
84 acompanhamento continuou sua apresentação com a conselheira Ana Carolina relatando  
85 a visita à instituição ESPRO, também com objetivo de avaliar quanto inscrição  
86 definitiva. Relatou que ao chegarem à entidade se depararam com aviso de que toda a  
87 equipe estava em trabalho remoto; mas como a instituição está localizada no espaço da  
88 UNINTER conseguiram falar com uma pessoa desta equipe que forneceu algumas  
89 informações sobre a ESPRO: estão em trabalho remoto desde março de 2020 e que uma  
90 vez por mês algum colaborador comparece presencialmente. A Comissão analisou o  
91 plano de ação e os relatórios entregues de janeiro a agosto e constatou que na totalidade  
92 dos jovens inseridos no Programa, apenas 36,5% tinham cadastro no sistema IRSAS e

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

93 11% possuíam Cadastro Único atualizado o que é um percentual pequeno do público que  
94 deveria ser considerado prioritário. Além de que, nos relatórios, nota-se ausência de  
95 articulação com rede socioassistencial como encaminhamentos para inscrição do  
96 CadÚnico e fluxo de encaminhamentos para rede SUAS; constataram a dificuldade de  
97 acesso ao espaço físico pois não possuía sinalização e o número de telefone afixado possui  
98 DDD 041 o que poderia dificultar o acesso por precisar de ligação interurbana. Além  
99 destas observações, constataram que plano de ação não descreve que o atendimento aos  
100 aprendizes está sendo de forma remota. Em seguida, Janaina Messias, assistente social do  
101 grupo ESPRO solicitou a palavra. Iniciou dizendo que o telefone é corporativo e que o  
102 contato pode ser realizado via *WhatsApp*; e que a informação de que alguém da equipe  
103 comparece mensalmente não procede pois uma representante do setor administrativo  
104 comparece semanalmente. Relatou que a Instituição possui outros registros nacionais  
105 relevantes. Diz que solicitou instalação do sistema IRSAS e lembrou que a cidade de  
106 Londrina necessita deste atendimento e acrescentou que atendem público da assistência  
107 social. Finalizou solicitando relato por escrito para ser enviado à matriz sobre os pontos  
108 que necessitam ser alterados para atender as exigências do CMAS. Ana Carolina  
109 discordou do relato de que os jovens terem fácil acesso ao *whatsapp* pois esta não é uma  
110 realidade do público-alvo da Assistência e que o intuito não é agradar ao CMAS mas sim,  
111 estabelecer plano que contemple a população que necessita ser atendida. Janaína Messias  
112 retomou a palavra afirmando que precisam de relatório escrito para se adequarem e que  
113 em Londrina é único município em que se deparam com dificuldades para obter registro.  
114 A conselheira Adriana Santos solicitou fala, colocando-se à disposição para construir  
115 juntos uma relação institucional da rede socioassistencial; lembrou da Portaria de  
116 Referência e Contrarreferência e que este documento deve ser usado não só pelos serviços  
117 que já possuem inscrição, mas também para os que a buscam e, assim, ao solicitarem a  
118 inscrição. Valmirete apresentou para deliberação da plenária, o parecer da comissão  
119 referente ao cancelamento da inscrição provisória, aprovado pelos presentes. **Valmirete**  
120 agradeceu a participação e o trabalho realizado pela Comissão de Acompanhamento e  
121 passou a palavra para a Comissão de Fundo. A conselheira Gisele iniciou fazendo a  
122 apresentação de temas debatidos na comissão e mencionou que outras questões para  
123 deliberação serão trazidas em reuniões posteriores. Iniciou com a situação da Entidade

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

124 Morada de Deus, que teve suspensão no repasse da parceira com a SMAS, devido a  
125 ausência da prestação de contas, porém a situação já foi resolvida tendo a Entidade  
126 recebido as parcelas pendentes; a comissão sugeriu reunião conjunta com a Gestora da  
127 Parceria, Gerência de Convênios e Entidade para uma conversa afim de prestar  
128 esclarecimentos sobre como a entidade conseguiu manter-se neste período e diálogos  
129 sobre as dificuldades no cumprimento dos prazos devidos para prestação de contas, um  
130 dos fatores que atrasaram o repasse dos recursos. Em relação à população em situação de  
131 rua, foi feito pedido de pauta, a comissão avaliou sobre a conclusão da Operação Noite  
132 Fria. Discutiram também o Plano Municipal de Assistência Social e que provavelmente  
133 será pautado na próxima reunião pois o plano atual estará vigente até 31/12/2021 e existe  
134 indicativo de processo de prorrogação de vigência do atual plano afim de ter tempo de  
135 elaborar um novo amplamente participativo. E, por último, relatou que a comissão irá  
136 solicitar ponto de pauta para a próxima reunião para discutir prestação de contas do  
137 quadrimestre da execução do FMAS e prestação de conta dos pisos paranaenses de  
138 Assistência Social. Na sequência passou-se ao ponto seguinte da pauta com a  
139 apresentação da conselheira Juliana que iniciou apresentação de uma sugestão de  
140 alteração da redação do “Projeto de Lei 109/2021 – “Combate à Pobreza Menstrual”e  
141 que tanto o projeto com a sugestão de alteração foram encaminhados por e-mail aos  
142 conselheiros para conhecimento. A conselheira Marcia sugeriu algumas alterações afim  
143 de afirmar a importância da política municipal de saúde. Gisele mencionou que o projeto  
144 de lei é importante para o município, mas que também deve ser pautado que as outras  
145 esferas de governo devem ser chamadas à discussão independente de veto do Governo  
146 Federal ao projeto de lei da Câmara dos Deputados. Outras conselheiras deram suas  
147 sugestões de redação de forma a definir este projeto como tema de saúde pública, mas  
148 com a articulação entre as demais políticas de modo a viabilizar sua execução. Como  
149 eram muitas as alterações sugeridas, passaram ao próximo ponto de pauta enquanto a  
150 comissão providenciava a redação do texto 4. Passou-se ao relato de participação na  
151 Conferência Estadual de AS. Foi lido o relato da conselheira Márcia, que pontuou a  
152 importância da realização da Conferência Estadual, a organização, a superação dos  
153 diferentes desafios em decorrência da Pandemia. Mas, em relação as propostas,  
154 mencionou as fragilidades, conteúdos inconsistentes, em eixos incorretos. carga horária

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

155 pesada em relação ao formato, diferença na condução dos grupos. Adriana Santos fez  
156 também seu relato sobre a Conferência destacando a fala de abertura de Jucimere e Denise  
157 Colin que levaram um conteúdo para análise da conjuntura atual, de ausência de uma  
158 coordenação nacional para além da política de Assistência Social, mas também de  
159 enfrentamento aos impactos da pandemia de COVID-19 e do aumento da desigualdade  
160 social e que o vídeo deve ser divulgado a todos os conselheiros pelo tema enriquecedor.  
161 Mencionou também que as propostas foram redundantes e as votações não expressaram  
162 as lacunas de garantia de atendimento no campo orçamentário e da provisão dos serviços.  
163 Valmirete solicitou à secretaria executiva a disponibilização do material mencionado por  
164 Adriana. Na sequência a palavra foi passada à Josiani, representante da Diretoria de  
165 Proteção Social Especial para apresentação do Panorama do Programa Noite Fria. Josiani  
166 frisou a que apresentação deste panorama ao Conselho ocorre tradicionalmente ao final  
167 de sua execução. Destacou que este programa visa a proteção à vida, em forma de oferta  
168 de serviços pernoite ao público que é mais resistente às unidades de acolhimento e seus  
169 pactos de convívio coletivo. Passou à exibição de *slides* com informações como:  
170 unidades e quantitativo de vagas; pontos positivos e negativos; planejamento para 2022.  
171 Finalizou este ponto e dado o avançado da hora, foi proposto por Selma que a  
172 apresentação dos pontos 6 e 8 fossem adiados para outra reunião e que fossem priorizadas  
173 a apresentação dos pontos 4 e 9 por terem prazo para encaminhamento. 4. Juliana retomou  
174 a apresentação da nova redação da manifestação deste Conselho sobre o projeto de Lei  
175 109/2021 – “Combate à Pobreza Menstrual” para manifestação da plenária, aprovado pela  
176 maioria presente. Selma iniciou a apresentação sobre o “Programa Prefeito Amigo da  
177 Criança” e a necessidade de indicação de Conselheiros para participar do referido  
178 programa. Informou que o programa é de iniciativa da fundação ABRINQ e que tem como  
179 objetivo estimular o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para crianças e  
180 adolescentes no município. Londrina aderiu ao programa e precisa ser feita a indicação  
181 de um conselheiro para participar. O município que adere ao programa implica em  
182 compromisso com áreas voltadas à criança e ao adolescente e formação de comissão com  
183 todas as políticas setoriais para acompanhar a adesão ao programa, sendo necessário  
184 indicar um conselheiro para compor esta comissão que acompanhará a execução do  
185 programa; este conselheiro pode ser governamental ou não governamental. Valmirete

### Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

186 perguntou se algum conselheiro se colocaria à disposição para compor esta comissão. O  
187 conselheiro Carlos Antônio Delfino, manifestou interesse em participar do Programa  
188 Prefeito Amigo da Criança. Valmirete agradeceu a participação de todos os conselheiros  
189 e finalizou a reunião. Cumprida a pauta e nada mais havendo a tratar, eu Beatriz Rufino  
190 Muniz Pereira, em apoio à secretaria executiva deste conselho, lavramos a presente ata,  
191 que deverá ser submetida à aprovação plenária.